

INTRODUÇÃO

Não poderia concluir a dissertação sem um parágrafo, escrito ao final de todo o esforço e que apresentasse ao leitor as transformações que essa pesquisa promoveram em mim. Sei, como psicóloga que sou, que não me proporia a tratar do tema autoridade se este, de certa forma não se configurasse numa questão para mim. Autoridade dos pais especialmente me remetia aos conflitos diários vividos por uma profissional de educação, psicóloga escolar, mas antes e, acima de tudo, uma mãe circunstancial de cinco filhos. Na verdade uma junção dos “meus, os seus e os nossos” onde três foram gerados por mim. Eu estava efetivamente cumprindo as funções que acreditava necessárias para a criação de filhos felizes? Esses dois anos de mestrado me mostraram que não. Assim, hoje posso falar de uma ampla transformação em minha vida decorrente, entre outros aspectos, do trabalho de pesquisa: deixei o trabalho de 14 anos numa mesma escola, concorri ao doutorado, mudei para uma cidade do interior do Rio de Janeiro, onde há menos violência e as crianças podem ser mais livres, e hoje efetivamente acompanho o crescimento dos meus filhos menores. Transformei-me como pesquisadora e como mãe e esse trabalho é o resultado desse processo. Concluí-lo significa uma conquista, além da superação de lutos e lembranças do passado na produção de um texto que reflete as inquietações que despontaram na prática. Trabalhei muitos anos com psicologia escolar e construí um percurso que me conduziu à educação infantil. Como sou psicóloga de formação, busquei uma fundamentação teórica consistente em educação: primeiro a psicopedagogia, no CEPERJ, depois, quase como uma continuidade, terapia familiar sistêmica no MOSAICO e, por fim, a especialização em educação infantil na PUC – Rio.

Meus estudos buscavam refletir sobre questões que se apresentaram na prática. Uma especialmente se destacava: como estabelecer uma ação efetivamente dialógica na pré-escola. A partir da observação de rodas de conversa¹, questionei se as ações desenvolvidas permitiam de fato às crianças o direito à voz, capaz de

¹As rodas de conversa são o momento inicial das atividades no início de um turno da educação infantil. Neste momento espera-se que a criança traga seus interesses e relate experiências. Geralmente é o ponto de partida para os trabalhos pedagógicos a serem desenvolvidos no dia.

contribuir para a formação de sujeitos críticos e criativos.²

Inicialmente, para a dissertação, pensei em desenvolver uma pesquisa que tratasse da produção escrita das professoras de educação infantil, continuidade dos estudos da especialização. O cotidiano, em uma escola privada, situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, entretanto, me levou a avaliar as questões relativas à efetividade das famílias na transmissão de valores, especialmente quando se trata de desenvolver nas crianças uma ética que implique no adiamento da satisfação dos desejos em prol do coletivo.

Optei, ao final do trabalho, por manter os nomes verdadeiros das crianças sem sobrenomes, pois não me senti à vontade para despersonalizá-las com a escolha de nomes fictícios. Acredito que, em situações que envolvam riscos, faz todo o sentido promover o anonimato. Nesse trabalho, entretanto, essa opção não se justificava. Assim, apresento ao leitor as falas de autores/atores concretos que dividiram comigo o processo de pesquisa.

“O que vocês fazem para que as crianças fiquem tão comportadas?” A pergunta dos pais dirigida à equipe da escola durante a comemoração do aniversário de três anos de Breno revela uma inquietação, cada vez mais freqüente, sobre as dificuldades em impor limites, educar, ensinar comportamentos socialmente adequados a partir dos papéis de pai e mãe.

A mãe de Amanda, três anos, contou que desde que ela nasceu, não pôde mais freqüentar restaurantes, pois a criança se recusa a permanecer sentada, mesmo que por um curto período.

A partir do relato de uma professora, soube que numa sexta-feira, Matheus, também com três anos, levou para casa um brinquedo de um amigo, mostrando-o para a mãe na saída, dizendo que este havia lhe emprestado. Durante o final de semana, o brinquedo “sumiu”. Como o fato foi presenciado pelo porteiro do Colégio, a professora enviou um bilhete pela agenda, perguntando sobre o ocorrido. No dia seguinte, a mãe de Matheus trouxe um brinquedo novo. Chamada para um atendimento com a coordenação pedagógica e a psicóloga, a mãe admitiu ter

² MOTTA, Flávia Miller Naethe. **O Discurso da Criança na Prática Pedagógica: Um Estudo Exploratório sobre a “Roda de Conversa”**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em

imaginado que não fosse correto permitir que o filho levasse algo que não lhe pertencia, porém não pôde contrariá-lo, por temer sua reação; o menino faria um escândalo e ela não podia lidar com isso.

A prática revelou essas inquietações. A maior parte dos atendimentos realizados na escola costuma tratar de autoridade e limites. Sempre que perguntada sobre que assunto desejaria ver abordado numa palestra, a maioria das famílias respondia: “limites”. Vemos, com Ibrahim (2005, p.72), uma tendência das famílias contemporâneas em não assumir plenamente seu papel, diante do quê o autor afirma: “*É preciso resgatar a competência dos pais.*” E acrescenta:

“A escola, de um modo geral, se tornou um espaço de deslocamento da omissão da ação educativa da família. A escola parece ocupar (a contragosto, diga-se de passagem) um espaço crescente pelo vazio de autoridade e/ou afeto deixado pela família.” (2005, p.73)

Os pais se mostram perdidos na ação disciplinar. Um dos aspectos essenciais da tarefa educativa parece caminhar na contramão da busca de satisfação do homem contemporâneo, prejudicando a compreensão de que a: “... *ação de educar pressupõe contrariar corajosamente as pulsões mais primitivas do psiquismo infantil, comprometidas tiranicamente com a realização permanente do prazer.*” E ainda: “...*é possível, legítimo e desejável o acesso ao prazer, porém ele deve ser estruturado de modo que uma parcela desse prazer seja renunciada em nome do processo civilizatório.*” (Ibrahim, 2005, p.73)

Falar sobre a autoridade implica em conceituá-la; optei por relacioná-la aos conceitos bakhtinianos de autoria e responsividade, pois ela pode assumir tais traços nas suas formas de manifestação. Autoridade liga-se à responsabilidade e envolve as dimensões do conhecimento e do agir bem como a autoria, no sentido de que “*o lugar singular que eu ocupo é também o lugar da minha assinatura. Somente eu posso assinar por e neste lugar E a assinatura é aquilo que me torna responsável...*” (Freitas, Jobim e Kramer, 2003, p.14 – 15).

Kramer aponta que a contemporaneidade trouxe uma redução da autoridade

constituída diante da extinção da experiência e da diminuição da narrativa (2006, p.19) e complementa:

“Desocupando seu lugar, os adultos ora tratam a criança como companheira em situações nas quais ela não tem a menor condição de sê-lo, ora não assumem o papel de adultos em situações nas quais as crianças precisam aprender condutas, práticas e valores que só irão adquirir se forem iniciadas pelos adultos (...). A indiferença ocupa o lugar da diferença.”
(Kramer, 2006, p.19).

A frequência com a qual, na escola, as professoras se defrontam com situações originadas dessa omissão é reveladora: a quem compete a função de cortar as unhas das crianças? E escolher um uniforme na medida adequada de seu filho? Faz sentido a professora responsabilizar-se por um brinco de ouro perdido no colégio? Crianças com unhas grandes que precisam ser sinalizadas na agenda escolar para que a família tome as devidas providências, envio de dinheiro visando a encomenda de uniformes (que são vendidos na escola no intuito de facilitar a aquisição, porém fabricados por terceiros) acompanhados do pedido para que as professoras escolham os tamanhos adequados, ignorância sobre o peso das crianças para definição de quantidades de gotas de antitérmicos em caso de febre são apenas alguns exemplos concretos desse vazio de responsabilidade. Por outro lado, sabemos das pressões cada vez mais intensas do mundo do trabalho que devem levar a uma relativização no processo de culpabilizar os pais. Uma análise cuidadosa desse processo não pode levar à busca de vilões, e sim à definição do quê, no contexto atual, favorece esses acontecimentos.

Esta dissertação está voltada para essas questões e foi realizada de forma integrada ao Projeto de Pesquisa: *Crianças e Adultos em Diferentes Contextos: a Infância, a Cultura Contemporânea e a Educação*, que tem por objetivo “conhecer e compreender as interações entre pessoas (crianças e adultos) em escolas de educação infantil e ensino fundamental situadas em espaços urbanos.” (Kramer, 2004, p.14).

Uma das questões polêmicas privilegiadas na pesquisa se refere à autoridade. Assim, a intenção deste estudo foi também a de contribuir para o conhecimento da:

“... distribuição de poder entre crianças e adultos diante da perda da experiência no mundo moderno, o agravamento desta perda com a pós-modernidade e a forma com que progressivamente as crianças são expostas na sociedade contemporânea.” (Kramer, 2004, p. 15).

Busquei transformar dúvidas numa pesquisa acadêmica, dando a elas um tratamento rigoroso que permitisse conclusões fundamentadas. O objetivo foi, então, investigar o que expressam as crianças sobre a autoridade dos adultos que a circundam, tanto no ambiente familiar, quanto no escolar, ou seja, compreender a concepção que as crianças têm sobre ser criança e ser adulto, a partir do enfoque das relações de poder entre essas categorias. Para tal, busquei ainda identificar e analisar se as crianças estabelecem distinção entre as categorias de adultos dos espaços privado (família) e público (escola), de forma a promover uma compreensão distinta das práticas de autoridades destes agentes.

Considerei necessário percorrer um caminho que situasse essa discussão. O percurso escolhido veio do amplo para o específico: contexto, instituições e sujeitos. Não se trata de valorizar uma dimensão em oposição à outra - macro e micro se entrecruzam na avaliação das ações dirigidas às crianças - tão somente uma questão de estilo. Assim, no primeiro capítulo, trouxe a caracterização deste tempo de mudanças; a contemporaneidade. Olhei para este contexto a partir de algumas características que pretenderam iluminar os aspectos abordados, especialmente as transformações pelas quais passaram. Focalizei a discussão conceitual que busca definir a contemporaneidade em termos de continuidade ou ruptura com a modernidade. Discuti os aspectos da imagem e do conhecimento como dimensão superestrutural do capitalismo tardio. Situei a relação entre os espaços-tempos. Tratei das modificações no mundo do trabalho, e, por fim, busquei posicionar-me na discussão sobre a subjetividade na modernidade tardia situando-me junto aos autores que se alinham numa perspectiva sócio-histórica.

O segundo capítulo trouxe aspectos para situar as práticas de autoridade dos pais e professores. Recorri aos estudos que analisaram a escola e a família e os diferentes modos de subjetivação promovidos por essas instituições. Busquei pensar o

que é viver o tempo de hoje na escola. Dialoguei com autores que permitiram pensar seu percurso na história, sua natureza institucional e suas funções, especialmente Foucault (1992 e 1977) que contribuiu para a análise a partir das relações de saber e de poder características da sociedade disciplinar engendradas nas práticas escolares. Quanto aos estudos da família, abordei a maneira com que essa instituição vem se desenvolvendo ao longo da história. As relações hierárquicas estabelecidas em seu interior, bem como a construção da dimensão do espaço privado foram aspectos relevantes nessa análise. Os interlocutores significativos nesta etapa foram Roudinesco (2003), Ariès (1986) e Charlot (1986). A maneira como os adultos responsabilizam-se pelas crianças em nossa sociedade poderia preconizar a agonia do sujeito moderno?

A criança foi o ponto de encontro destas dimensões. Foi com ela que pudemos observar as práticas de autoridade e a maneira como elas as apresentam. Assim, no terceiro capítulo, foi importante articular as várias dimensões através dos conceitos de infâncias e culturas infantis trazendo especialmente os autores que abordam a criança e a Sociologia da Infância (Corasaro, 1997; Iturra, 1995 e 1997; Kramer, 2000, 2004, 2002; Montandon, 2001; Sarmiento 2000, 2003 e 2005; Sirrota, 2001). Busquei relacionar todas estas vertentes da questão através da linguagem. De um lado, aquela que permite a construção de um contexto social compartilhado, de outro a que cria as condições para a própria existência do sujeito. Por fim, linguagem que permite a construção de um dado objeto de conhecimento: a subjetividade humana.